

ano 20 – n. 79 | julho/setembro – 2022
Belo Horizonte | p. 1-214 | ISSN 1678-7102
R. de Dir. PÚBLICO da Economia – RDPE

**Revista de Direito
PÚBLICO DA ECONOMIA**

RDPE

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

DOUTRINA

ARTIGOS

Accounting regulation for public-private partnerships (PPPs): United Kingdom and Brazil in comparative perspective

Diogo Luiz Cordeiro Rodrigues, Egon Bockmann Moreira	9
1 Introduction	9
2 Public-private partnerships (PPPs): an outline	10
2.1 PPPs: brief conceptual remarks	10
2.2 PPPs: the need for transparency and accountability.....	10
3 Government participations in PPPs: how to report?	11
3.1 Accounting regulation for PPPs: the general accounting view	12
3.2 Accounting regulation for PPPs: the fiscal statistics view	14
4 Accounting regulation for PPPs: United Kingdom and Brazil	15
4.1 Accounting regulation of PPPs in the United Kingdom.....	15
4.2 Accounting regulation of PPPs in Brazil.....	16
4.3 Discussion	18
5 Conclusion	21
References.....	22

A sobreposição de competências da Anvisa e dos órgãos de defesa do consumidor

Flávio Amaral Garcia, Rodrigo Crelier Zambão da Silva, Felipe Derbli	27
1 Nota introdutória.....	27
2 Considerações gerais sobre a competência da Senacor	28
3 Considerações sobre as competências da Anvisa.....	29
4 Capacidades institucionais, deferência e autocontenção	32
5 O argumento da coerência institucional.....	36
6 A relação entre segurança jurídica e regulação	40
7 Conclusões finais	43

Evolução do Direito da Concorrência

João Bosco Leopoldino da Fonseca	47
1 Introdução	47
2 Fatos e pensamento	48
3 Um escorço histórico.....	50
4 O monopólio na Idade Moderna.....	52
4.1 O Direito da Concorrência no século XXI.....	53
5 O confronto internacional de empresas e estados	55
6 O Direito da Concorrência no Brasil	56
7 Evolução jurisprudencial	59
8 O advento de uma magistratura econômica.....	62
8.1 Independência do Judiciário	67

9	Necessidade de um diálogo	69
	Referências	72
O Conselho de Administração nas empresas estatais		
Luis Felipe Vidal Arellano	75	
1	Introdução	75
2	As empresas estatais e seus dilemas	76
3	O Conselho de Administração nas sociedades anônimas	80
4	O Conselho de Administração nas empresas estatais após a Lei nº 13.303.....	85
5	A seleção e destituição de membros da Diretoria pelo Conselho de Administração nas empresas estatais	93
6	Conclusões	96
	Referências	97
Incompletude contratual e evolução regulatória nas concessões da ANP		
Nilo Sérgio Gaião Santos	101	
1	Introdução	101
2	A incompletude contratual na Economia e no Direito	102
2.1	A visão econômica	102
2.2	A visão jurídica	107
3	Regulação por contrato como atividade estatal incompleta.....	110
4	Situando as concessões reguladas pela ANP	115
5	A técnica da evolução regulatória	121
6	Conclusão	131
	Referências	131
Regulação e controle externo – um viés crítico da atuação do TCU no controle da regulação		
Roberto Ramos Bacellar	135	
1	Introdução	135
2	O atual paradigma da regulação nacional: o Estado Regulador e seus subsistemas setoriais	136
3	O controle externo pelo TCU e suas competências.....	142
4	Análise de casos – o controle externo no mundo real.....	149
4.1	Auditória operacional sobre a governança do setor elétrico – Acórdão nº 1.638/2020 – TC 029.083/2019-2.....	150
4.2	Auditória operacional sobre melhorias na transmissão de energia elétrica – Acórdão nº 2.806/2021 – TC-035.391/2020-8	153
5	Conclusões	155
	Referências	156
Novas tecnologias e concorrência no transporte interestadual e intermunicipal de passageiros		
Vitor Rhein Schirato	159	
1	Introdução	159
2	Serviço público, mercado, livre iniciativa e livre concorrência	160
3	O transporte interestadual e intermunicipal de passageiros	174
3.1	Transporte interestadual de competência federal.....	174
3.1.1	O caso do fretamento.....	180
3.2	Transporte intermunicipal de competência dos estados	183

4	Um verdadeiro paralelo; duas linhas que nunca se encontram: serviços de transporte municipais e intermunicipais	187
5	Conclusão	189
Políticas públicas do Estado empreendedor no Brasil no século XXI		
Valmir Messias de Moura Fé, Fábio Anderson Ribeiro Sampaio		193
1	Introdução	194
2	Ciência e inovação	195
3	Políticas públicas no Estado empreendedor	199
4	Administração Pública empreendedora.....	200
5	O Estado empreendedor	205
6	Considerações finais.....	208
	Referências	209
Instruções para os autores.....		213